



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**  
***CAMPUS MACEIÓ***  
**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

**MARIA DE FÁTIMA MARCOS OLIVEIRA**

**GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA: O ENSINO DE GRAMÁTICA NORMATIVA E  
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

**MACEIÓ, AL**  
**2025**

MARIA DE FÁTIMA MARCOS OLIVEIRA

GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA: O ENSINO DE GRAMÁTICA NORMATIVA E A  
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras-português, do Instituto Federal de Alagoas,  
campus Maceió, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciada em  
Letras-Português.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Willianice Soares Maia

MACEIÓ, AL

2025



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus Maceió***  
**Biblioteca Benevides Monte**

---

469.5  
O48g

Oliveira, Maria de Fátima Marcos.

Gramática contextualizada [recurso eletrônico] : o ensino de gramática normativa e a variação linguística / Maria de Fátima Marcos Oliveira. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 553 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Profa. Dra. Willianice Soares Maia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2025.

1. Letras – Português. 2. Gramática contextualizada. 3. Normas linguísticas. 4. Preconceito linguístico. I. Título.

---

**Franciane Monick Gomes de França**  
**Bibliotecária – CRB 4/1831**

MARIA DE FÁTIMA MARCOS OLIVEIRA


GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA: O ENSINO DE GRAMÁTICA NORMATIVA E A VARIÇÃO LINGUÍSTICA.

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas, campus Maceió, como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Willianice Soares Maia

Aprovado em 27 de outubro de 2025.


**Orientador (a):**

Documento assinado digitalmente  
 WILLIANICE SOARES MAIA  
Data: 31/10/2025 16:18:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---


Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Willianice Soares Maia.  
Instituto Federal de Alagoas

**Banca examinadora:**

Documento assinado digitalmente  
 CLAUDIONOR FERREIRA ARAUJO  
Data: 31/10/2025 16:14:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Claudionor Ferreira Araújo  
Instituto Federal do Pará

Documento assinado digitalmente  
 HUDSON KLEBER PALMEIRA CANUTO  
Data: 06/11/2025 08:30:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Me. Hudson Kleber Palmeira Canuto  
Instituto Federal de Alagoas

**MACEIÓ, AL**  
**2025**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, pelo amor, paciência e apoio incondicional em todos os momentos desta jornada. Cada palavra de incentivo, cada gesto de compreensão e cada demonstração de carinho foram fundamentais para que eu pudesse seguir, mesmo diante das dificuldades. Aos meus colegas de turma, minha gratidão por tornarem o percurso mais leve e prazeroso, compartilhando aprendizados, risadas, desafios e tornando esta experiência ainda mais significativa. A todos os professores, meu reconhecimento pelo conhecimento transmitido, pela orientação dedicada e pelo incentivo constante.

Um agradecimento muito especial ao meu amado pai, que partiu antes que eu pudesse concluir o curso, mas a presença e ensinamentos sempre iluminaram meu caminho. Ele foi meu maior incentivador, meu exemplo de coragem e determinação, e sua fé em mim tornou possível superar cada desafio. Se hoje concluo este trabalho, é por ele, para honrar sua memória e tudo aquilo que sempre acreditou que eu seria capaz de realizar.

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica acerca da Gramática contextualizada. Após um grande debate no século passado sobre a questão de ensinar gramática, a maioria dos pesquisadores agora concorda que a instrução gramatical pode melhorar a escrita dos alunos se a gramática for ensinada “em contexto”. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar estratégias pedagógicas que articulem o ensino da gramática normativa com a valorização da variação linguística no contexto escolar. Os objetivos específicos são os seguintes: investigar as concepções de linguagem presentes nas práticas docentes de língua portuguesa no ensino fundamental; identificar metodologias que integrem o ensino da variante oficial com o reconhecimento das variedades linguísticas; propor atividades didáticas que estimulem a reflexão crítica sobre a linguagem e o respeito à diversidade linguística. Como resultados vimos que a escola cumpre seu papel no momento que possibilita o crescimento do indivíduo como sujeito de sua realidade e empoderado para buscar sua cidadania como um todo. O ensino deve transcender a abordagem gramatical normativa para auxiliar na construção do senso crítico do estudante, dominando os recursos linguísticos bem como suas variações aplicadas ao contexto nos quais são utilizados.

**Palavras-chave:** gramática contextualizada; normas linguísticas; preconceito linguístico.

## ABSTRACT

This is a bibliographical research on contextualized grammar. After a great debate in the last century on the issue of teaching grammar, most researchers now agree that grammar instruction can improve students' writing if grammar is taught "in context". The general objective of this research is to analyze pedagogical strategies that articulate the teaching of normative grammar with the appreciation of linguistic variation in the school context. The specific objectives are the following: to investigate the conceptions of language present in teaching practices of Portuguese in elementary school; to identify methodologies that integrate the teaching of the standard norm with the recognition of linguistic varieties; to propose didactic activities that stimulate critical reflection on language and respect for linguistic diversity. As a result, we saw that the school fulfills its role when it enables the growth of the individual as a subject of his reality and empowered to seek his citizenship as a whole. Teaching must transcend the normative grammatical approach to help build the student's critical sense, mastering linguistic resources as well as their variations applied to the context in which they are used.

**Keywords:** contextualized grammar; linguistic norms; linguistic prejudice.

“Ser professora é semear em terrenos sempre novos, é acreditar no poder transformador da  
educação.”  
— *Maria Montessori*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
2.1 GRAMÁTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	10
2.2 PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS.....	15
2.3 A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA.....	19
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	24
3.1 OBJETIVO GERAL.....	24
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	24
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	25
5.1 REFLEXOS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CULTURAL NA MÍDIA E NA LITERATURA.....	25
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino da língua portuguesa, historicamente, esteve centrado na gramática normativa, com foco em regras rígidas de correção linguística. Esse modelo, herdado de uma tradição escolar prescritiva, contribuiu para a valorização de uma única forma de expressão — a variedade oficial — em detrimento das demais manifestações linguísticas utilizadas pela população brasileira. Nas salas de aula, o domínio da variante oficial passou a ser visto como sinônimo de competência comunicativa, desconsiderando o dinamismo e a diversidade da língua falada no país.

Entretanto, nas últimas décadas, os estudos linguísticos têm evidenciado a necessidade de reconhecer a variação linguística como um fenômeno natural e inerente às línguas vivas. A sociolinguística, em especial, mostrou como fatores sociais, culturais, regionais e históricos influenciam o uso da linguagem. A partir disso, questiona-se a centralidade da variante oficial no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, propondo uma abordagem que valorize a multiplicidade de falares e a adequação linguística aos diferentes contextos comunicativos.

Apesar dessas discussões teóricas, ainda é comum encontrar, nas práticas pedagógicas, uma resistência à inserção da variação linguística no currículo escolar. Muitos professores continuam ensinando a gramática normativa como um conjunto absoluto de regras, sem espaço para a reflexão sobre o uso real da língua. Esse panorama indica uma tensão entre os pressupostos da linguística contemporânea e a prática docente tradicional, o que pode comprometer o desenvolvimento de uma educação linguística mais crítica e inclusiva.

Nesse contexto, torna-se urgente repensar o papel da gramática normativa na escola. Isso não significa eliminá-la, mas compreender sua função como uma das formas possíveis de expressão, apropriada a determinados contextos formais. O ensino da língua portuguesa precisa equilibrar o ensino da variante oficial com o reconhecimento da variação linguística, permitindo ao aluno transitar entre diferentes registros com consciência crítica e domínio linguístico.

Dessa forma, discutir o ensino da gramática normativa aliado à valorização da variação linguística é fundamental para promover uma educação mais democrática. O aluno deve ser visto como sujeito falante legítimo, cujas formas de expressão são válidas e merecem ser respeitadas no ambiente escolar. Ao reconhecer a diversidade linguística como patrimônio cultural, a escola pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes de sua

identidade e de seu papel social.

Acredita-se que a integração entre o ensino da gramática normativa e o reconhecimento da variação linguística contribui significativamente para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, promovendo uma visão mais crítica e inclusiva da linguagem.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de atualizar as práticas pedagógicas em língua portuguesa, aproximando o ensino da realidade sociolinguística dos alunos. A valorização da variação linguística em sala de aula representa um avanço na luta contra o preconceito linguístico e promove a equidade educacional. Além disso, compreender a variante oficial como um dos registros possíveis, e não como o único aceitável, favorece o respeito à diversidade e a ampliação da competência comunicativa dos estudantes.

Embora as discussões acadêmicas apontem para a importância de reconhecer a variação linguística na educação, muitos educadores ainda enfrentam dificuldades em adotar esse conceito no ambiente escolar. Isso se deve, em parte, à permanência de uma abordagem tradicional de ensino, na qual a gramática normativa é apresentada de forma isolada, sem a devida contextualização. Nesse sentido, o ensino de gramática contextualizada surge como uma alternativa pedagógica que permite associar as regras linguísticas à realidade dos alunos, levando em consideração a diversidade de formas linguísticas e suas variações conforme o contexto social e comunicativo.

O conceito de gramática contextualizada propõe que o ensino das normas da língua não seja visto de maneira isolada, mas integrado ao uso real da linguagem. Assim, a gramática deve ser abordada de forma dinâmica, considerando a variação linguística que se manifesta nas diversas situações comunicativas. Ao tratar a gramática dessa maneira, os alunos não só aprendem as regras normativas, mas também desenvolvem uma compreensão crítica da língua como um fenômeno social, em constante transformação, e aprendem a utilizar as normas com consciência do contexto.

Discutir o ensino da gramática normativa aliado à valorização da variação linguística é fundamental para promover uma educação mais democrática. O aluno deve ser visto como sujeito falante legítimo, cujas formas de expressão são válidas e merecem ser respeitadas no ambiente escolar. Ao reconhecer a diversidade linguística como patrimônio cultural, a escola pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes de sua identidade e de seu papel social.

Nesse contexto, surge o problema de pesquisa sob o formato do seguinte questionamento: como conciliar o ensino da gramática normativa com a valorização da variação linguística no ambiente escolar, de modo a promover uma aprendizagem

significativa e crítica da língua portuguesa?

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar estratégias pedagógicas que articulem o ensino da gramática normativa com a valorização da variação linguística, buscando promover uma aprendizagem significativa e crítica da língua portuguesa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 GRAMÁTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA**

Gramática descritiva ou sincrônica pode ser definida como estudar o mecanismo da língua, ou seja, como é seu funcionamento em determinado momento, como meio de comunicação entre os falantes da língua. Assim como a gramática tradicional que foi elaborada para a língua grega e latina também tinha esse objetivo; e a portuguesa tem sua raiz no modelo greco-latino (Mattoso Câmara JR., 1986).

São quatro as correntes linguísticas existentes: normativa, funcional, descritiva e gerativa, segundo Bezerra (2013). Já a Gramática é classificada em tipos: normativa, descritiva, histórica e comparativa.

A Gramática tem como principal função regular a linguagem e estabelecer padrões de escrita e fala para os falantes de uma língua. Graças à Gramática, a língua pode ser analisada e preservada, apresentando unidades e estruturas que permitem o bom uso da língua portuguesa (Bezerra, 2013).

Para Possenti (1996) é essencial ensinar gramática às crianças, no entanto, é possível ensinar uma gramática contextualizada à sua realidade. A Língua Portuguesa é dinâmica e, por isso, podem ocorrer mudanças em sua estrutura.

Para compreender a tensão entre gramática normativa e as concepções linguísticas contemporâneas, é necessário observar como certos conceitos gramaticais são interpretados de forma divergente pelos estudiosos. Um exemplo expressivo dessa divergência está na categoria de grau, que suscita debate quanto à sua classificação como flexão ou derivação.

Essa pesquisa apresenta uma polêmica instaurada entre os linguistas acerca de uma categoria gramatical: o Grau como Mecanismo da Derivação, sendo que essa regra gramatical se apresenta como um rompimento com a gramática tradicional que classificava o Grau como Mecanismo da Flexão.

Para o estudo do grau é muito importante abordar sobre os sufixos que fazem parte do grupo dos afixos utilizados na formação de palavras novas por derivação. Alteram, significativamente, morfologicamente e semanticamente o radical, assumindo o caráter

pejorativo, de carinho, de aumento ou de diminuição dependendo das circunstâncias.

A riqueza da Língua Portuguesa torna-se muito complexa frente a outras línguas, no entanto, sempre há muito que aprender neste processo dialético que é a formação da nossa língua.

À guisa de conceituação, os sufixos compõem um grupo mais amplo que se chama afixos que pospõem-se ao radical dos termos, sendo que alteram profundamente, com relação à semântica, os radicais aos quais juntam-se (Brandão, 2010).

Segundo Cintra; Cunha (*apud* Brandão, 2010), os sufixos “integram o processo morfológico de derivação, responsável pela formação de novas palavras”. Nas novas formações de palavras mantêm-se a relação semântica entre o radical e o termo derivante, a exemplo da palavra “lembrete”, onde se nota que o verbo lembrar, que era uma forma abstrata, transforma-se em concreta no termo derivante.

A Morfologia é a parte da gramática que trata das classes das palavras e da natureza das palavras. Na Língua Portuguesa há dez classes de palavras que são divididas entre variáveis e invariáveis; enquanto as variáveis flexionam em gênero, número e grau, as invariáveis, em princípio, são as que não flexionam nem em número nem em grau. As que são consideradas variáveis são os “artigos, adjetivos, numerais, pronomes, substantivos e verbos”. No grupo das invariáveis estão “os advérbios, as conjunções, as interjeições e as preposições” são classificados como invariáveis.

Sousa (2004) argumenta que mesmo entre os linguistas há carência de unanimidade quanto à abordagem da categoria de grau, principalmente no que tange a reconhecê-la “como processo de flexão ou de derivação”.

Segundo Yuri (2011), repousa uma polêmica quanto à derivação do adjetivo, porque “a análise do grau representa o estudo derivacional das palavras dessa categoria e se expressa por mecanismo sintático ou é uma simples flexão gradual do adjetivo?”

Yuri (2011), ao comparar as gramáticas de Domingos Paschoal Cegalla de 2005 e de Napoleão Mendes de Almeida de 1992, afirma que esses autores admitem que os adjetivos e os substantivos flexionam-se em gênero, número e grau, no entanto, quanto ao grau, nos substantivos, a flexão manifesta-se em aumentativo e diminutivo; no adjetivo a flexão manifesta-se em comparativo e superlativo.

[...] o grau comparativo é dividido em três espécies: *igualdade*, que é quando o adjetivo exprime a qualidade em relação a outras coisas que também tenham a qualidade em porção *igual* (“Paulo é tão esforçado como João”); *superioridade*, que é em porção *maior* (“Paulo é mais esforçado do que João”); *inferioridade*, que é em porção *menor* (“Paulo é menos esforçado do que João”) (Yuri, 2011, p. 6).

Miranda (2013) faz um alerta com relação à contínua flexão-derivação com relação à utilização do afixo de grau, pois normalmente o grau apresenta várias peculiaridades derivacionais, mas há aspetos que os aproximam da flexão. Assim, “Piza observa que os afixos de grau não chegam a se posicionar no lado direito do *continuun* (o das derivações prototípicas), uma vez que compartilham, com o – a de feminino e com o –s de plural, uma série de propriedades semânticas e formais”.

Na Linguística, a principal distinção do mecanismo de flexão e de derivação é que este não constitui um “processo obrigatório e sistemático para léxico”, conforme Câmara Jr. (*apud* Yuri, 2011, p. 13):

Uma derivação pode apresentar para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congêneres. De cantar, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*; outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado.

Por esta citação acima, podemos depreender que nem todos os verbos permitem derivação de nomes e quando os processos de derivação são possíveis, eles ocorrem de maneiras diferentes. Não há aumentativos ou diminutivos que correspondam a todos os substantivos e “se há formas aumentativas ou diminutivas, fica a critério do falante o seu uso”.(Yuri, 2011, p. 13).

Cunha; Cintra (2008) afirmam que há uma ampla gama de palavras formadas por meio da derivação sufixal. Dessa forma, são formados substantivos novos, adjetivos, verbos e, mesmo no caso dos advérbios com o sufixo “mente”. Dentre os sufixos nominais para os graus aumentativos e diminutivos, estes últimos têm mais valor afetivo do que lógico.

Teixeira (2008) assevera que o grau sempre fora incluído no sistema flexional até que Mattoso Câmara rompeu com a tradição e classificou o grau como um processo de derivação devido a sua não obrigatoriedade e irregularidade na língua. Nesse sistema estão os sufixos diminutivos e aumentativos, que não estão obrigados a correlacionar-se com os outros termos constituintes da oração, no que condiz à concordância.

Os diminutivos, em especial, são utilizados mais frequentemente na fala coloquial com diversas intenções (carinho, insulto, etc), sendo uma opção do próprio falante a determinação do seu uso. Por outro lado, a flexão tem um caráter de concordância, de obrigatoriedade, de regularidade com os elementos que compõem a sentença. (Teixeira, 2008, p. 31)

Aragão (2011), ao analisar especificamente o sufixo *–ete* na formação de palavras revela que há um grande valor semântico nos formativos com relação ao grau e *–ete* tem acepção de diminutivo.

Os casos em que não há diferença de classe gramatical, como ocorre em “atrevido”/“atrevidete” e “baixo”/“baixete”, revelam a importância do valor semântico dos formativos. Nota-se a produtividade da aceção de *diminutivo* atribuída pelo sufixo *-ete* à forma derivada. Basílio (2004, p. 67) destaca o fato de a NGB considerar o grau como flexão, contudo “o grau morfológico é implícito, isto é, expressa-se um grau de dimensão ou intensidade a partir de uma medida considerada como padrão pela cultura”.

Brandão (2010) analisa as considerações que Bechara realiza com relação à utilização do sufixo *-inho*, como substantivo pode derivar palavras no grau diminutivo, quando o substantivo aparece com significação diminuída pelo sufixo derivacional.

O exemplo de diminutivo foi *homenzinho* antecedido do aumentativo *homenzarrão* e esse aumentativo, de *homem*. Bechara ainda comenta a confusão de flexão e derivação feita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que estabelece o grau diminutivo e aumentativo. Comenta ainda que a derivação gradativa do substantivo realiza-se por dois processos e isso prova o processo da derivação e não da flexão. Classifica esses dois processos de *sintético* e *analítico*. Repete o exemplo de *homenzinho* no processo *sintético*. Já no item *Aumentativos e diminutivos afetivos*, Bechara comenta que a “ideia de pequenez se associa facilmente à de carinho que transparece nas formas diminutivas das seguintes bases léxicas: *paizinho, mãezinha, queridinha*”. (Bechara *apud* Brandão, 2010, p. 20)

Com relação aos graus do substantivo, classifica-se o sufixo como diminutivo sintético, a exemplo dos sufixos *-ito* e *-zinho*, pois o sufixo *-zinho* ganha caráter de obrigatoriedade nos casos em que o substantivo termina em vogal tônica ou ditongo”. (Lima *apud* Brandão, 2010, p. 22)

Vale lembrar também a ideia de carinho encartada no sufixo *-inho*, como nos exemplos a seguir: *queridinha, cafezinho*. No entanto, o grau diminutivo com outros sufixos podem denotar pejoratividade como é o exemplo de *livreco, padreco*. (Brandão, 2010)

Antunes (2007) propõe um programa de gramática, contendo os conteúdos e abordagens para a aplicação de uma gramática contextualizada. Desse modo, toma exemplos de provas aplicadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para fazer análises de seu teor e contextualização.

Cita o autor essa questão do ENEM 2001:

“O mundo é grande

O mundo é grande e

cabe Nesta janela sobre

o mar. O mar é grande e

cabe

Na cama e no colchão de amar.

O amor é grande e cabe no breve espaço de beijar”.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983).

Neste poema, o poeta realizou uma opção estilística: a reiteração de determinadas construções e expressões lingüísticas, como o uso da mesma conjunção para estabelecer a relação entre as frases. Essa conjunção estabelece, entre as ideias relacionadas, um sentido de:

- (A) oposição.
- (B) comparação.
- (C) conclusão.
- (D) alternância.
- (E) finalidade.

Antunes (2007) argumenta que além dessa questão objetiva, existem as denominadas questões discursivas ou abertas, que exigem do aluno capacidade de raciocínio, de fluência para escrever com domínio sintático para explicar e justificar.

Em outra questão pedida na Vunesp-SP:

**Epitáfio para um banqueiro**

n e g ó c i o  
 e g o  
 ó c i o  
 0

(José Paulo Paes. *Anatomias*)

Este “Epitáfio para um banqueiro” enfoca um tema literário bastante atual: o egoísmo, a solidão do indivíduo, a falta de comunicação que o leva a fechar-se nos limites de sua própria existência e, conseqüentemente, a ver o mundo sempre deformado por uma visão individualista. Tomando por base estas questões:

- a) Faça uma descrição do plano semântico-visual do texto, de modo a revelar sua compreensão do poema como um “epitáfio”;
- b) aponte a palavra que, numa das linhas do poema, demarca a característica do indivíduo como ser em si, exclusivista e isolado.

Antunes (2007) se mostra incrédula quanto à capacidade de alguém que tenha sido formado com uma gramática embasada em frases para classificar como sujeito, predicado, adjetivo, complementos nominais ou verbais – mesmo em questões de Física, Matemática e

Geografia exige-se interpretação de textos.

Um estudo teve como objetivo comparar os efeitos de dois tipos de instrução focada na forma, ou seja, instrução enfoque nas formas descontextualizada versus instrução focada na forma contextualizada centrada no significado, no desenvolvimento do conhecimento gramatical de estudantes iranianos do ensino médio. Dois grupos de alunos do primeiro ano do ensino médio do sexo masculino participaram deste estudo. Um grupo foi ensinado por meio de explicações gramaticais dedutivas descontextualizadas, enquanto o outro grupo recebeu informações aprimoradas e instruções gramaticais contextualizadas, incorporadas a atividades centradas no significado, baseadas em diálogos (Santana, 2012).

Os resultados indicaram que a instrução descontextualizada, como é normalmente praticada em contextos do ensino médio, falhou em promover o uso bem-sucedido dos auxiliares, o que ocorre em provas (vestibulares ou outros concursos como ENEM) um teste de produção escrito. Por outro lado, adicionar os recursos de design da contextualização baseada em significado e entrada aprimorada à instrução resultou em melhor desempenho em um teste gramatical de produção por escrito, envolvendo o uso dos auxiliares em estudo. No pós-teste atrasado, a instrução contextualizada baseada em significado pareceu ter um efeito durável, mas o efeito não foi significativo o suficiente para justificar qualquer reivindicação da superioridade durável dessa forma de instrução (Santana, 2012).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estipula quanto aos aspectos notacionais e gramaticais que o aluno ao ser formado seja capaz de:

Utilizar, ao produzir textos, os conhecimentos dos aspectos notacionais – ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc., sempre que o contexto exigir o uso da norma-padrão” (Brasil, 2019).

## 2.2 PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS

Irané Antunes (2014) realça a relevância da contextualização no ensino de gramática que deve se referir a práticas sociais e variações da língua, porque há motivos racionais para não abordar termos gramaticais que estejam isolados do contexto. A escola faz parte de um conjunto maior de instituições que têm sua responsabilidade para o desenvolvimento político-social da comunidade em que estão inseridos os estudantes.

O ensino da língua portuguesa da forma tradicional encontrava-se embasado em uma concepção de língua estática, sendo que há um dinamismo constante intrínseco à língua; apenas o latim é considerado uma língua morta que não sofre mudanças. No entanto, existem

constantes transformações na escrita e na fala. A gramática contextualizada contribui para o aumento do nível de conhecimento do aluno, porque exige prática de leitura e escrita de forma analítica. Frases aleatórias e fora do contexto confundem o estudante, por ser muito abstrata foge ao seu cotidiano e seu entendimento. (Antunes, 2014)

Antunes (2014) realiza, de forma detalhada, a análise do uso de conectores e pronomes de forma contextualizada. “A língua em uso está fora dessas atividades da escola; por isso mesmo, essa língua não provoca interesse e, muito menos, entusiasmo ou admiração” (Antunes, 2014, p. 82).

Santos e Santana (2017) argumentam que a Gramática contextualizada contribui para minimizar os preconceitos linguísticos decorrentes da falta de domínio das normas gramaticais. Bagno (2011) abomina a noção simplista de que há certo e errado no uso da língua e sua pesquisa se aprofunda nos fenômenos da Língua Portuguesa falada e escrita em território brasileiro. Alerta que os professores, principalmente, os de Língua Portuguesa, têm que combater os mitos que se formam em torno da língua e são responsáveis em combater o preconceito linguístico. Segundo o autor há oito mitos ao que ele denomina mitologia do preconceito linguístico, são eles:

Mito nº 1 – A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente – há uma diversidade no português falado no Brasil e os professores devem saber respeitar e trabalhar com essas diferenças, porque não existe uma unidade nem unanimidade do português no Brasil.

No Mito nº 2 – Brasileiro não sabe português e somente se fala bem em Portugal.

Mito nº 3 – Português é muito difícil – há uma longa tradição de se ensinar a língua com base nas regras gramaticais portuguesas, que muitas vezes não correspondem com a língua utilizada cotidianamente no país. Isso cria a impressão de que a Língua Portuguesa é uma língua difícil. Este mito de que o Brasileiro não sabe português influencia negativamente o aprendizado de línguas estrangeiras, porque os professores insistem em afirmar que: “os alunos já não sabem português, imagine se vão conseguir aprender outra língua?”; nesta afirmação está implícita a tradicional confusão entre a língua e a gramática normativa (Bagno, 2011).

Mito nº 4 – As pessoas sem instrução falam tudo errado.

Mito nº 5 – O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão. Não há nenhum fundamento científico em afirmar que determinado dialeto ou variedade regional supere os demais.

Mito nº 6 – O certo é falar assim porque se escreve assim. Este mito decorre do ensino

estar calcado na obrigatoriedade de se pronunciar da maneira como está escrito. Esta não é a única maneira de falar português.

Mito nº 7 – É preciso saber gramática para falar e escrever bem. Um contra-argumento a este mito é que nem sempre os gramáticos são escritores e achar que todos os escritores são especialistas em gramática. A gramática, na verdade, funciona como um instrumento de poder e de controle, afirma Bagno (2011).

Mito nº 8 – O domínio da variante oficial é um instrumento de ascensão social. Este mito está estreitamente ligado ao primeiro que se refere a questões sociais. Dominar a variante oficial não vai assegurar uma ascensão social ao indivíduo que vive na pobreza.

É necessária sim, a valorização da diversidade linguística, “porque segundo o autor, o mero domínio da variante oficial não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente”. Seguindo essa linha, é importante refletir sobre as tendências sociais, nas propostas, e imposições feitas acerca de suas normas e culturas, as normas sociais incluem as normas linguísticas, de tal maneira que há uma diferenciação moral, legal e ainda das normas privativas.

Segundo Uriel Weinreich (2006): “[...] Os estudos linguísticos deveriam considerar fatores históricos e sociais, diferentemente de outras teorias já existentes, como o Estruturalismo e o Gerativismo, que não consideram aspectos sociais”.

Sendo assim é importante para a sociedade que materiais didáticos da escola, em vista da democratização da língua, apresentem um tratamento aos conhecimentos linguísticos, dando espaço à reflexão acerca da língua e da linguagem e seus simbolismos datados de valores simbólicos a sociedade, pois a língua tem seu desenvolvimento histórico e, uma vez constituída, impõe aos falantes uma maneira de organizar o mundo.

Na perspectiva linguística, a língua pode ser vista de forma unitária, enquanto que os dialetos seriam estruturas parciais superpostas. Segundo Haugen (1972, p. 243) quanto ao uso da língua, há os seguintes argumentos: possuir duas dimensões claramente distintas: uma estrutura formal, voltando-se à descrição da sua forma em si, e outra funcional, que descreve seus usos na comunicação. Nesse sentido, tem-se a expressão ‘meio ambiente’ da língua indica de forma imediata e intuitiva a ideia no entorno físico em que a língua é falada, entretanto, ele definiu meio ambiente de modo surpreendente: o meio ambiente não é o cenário físico, mas o cenário social e cultural em que a língua é usada. Em outras palavras, o meio ambiente são os falantes da língua:

O verdadeiro meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua existe somente na mente de seus usuários, e só funciona relacionando esses usuários uns aos outros e à natureza, isto é, o meio ambiente

social e o natural [...]. A ecologia da língua é determinada primordialmente por aqueles que a aprendem, usam e transmitem a outros (Haugen, 1972, p. 325).

Discorrendo sobre o preconceito, deve-se levar em conta que uma língua não deve ser tratada simplesmente como um sistema estrutural, entre eles: fonologia, morfologia, sintaxe, onde estas de certa maneira existiriam independentemente de seus falantes.

Podemos analisar como as normas sociais como aquilo construído pela comunidade, as morais derivando-se da ética e por fim as legais impostas por especialistas, agindo por interesses e as privadas assumidas pelo indivíduo e construídas por elas.

Outro elemento interessante é a linguística na internet, devido a sua magnitude, fica praticamente vedado o não tratamento deste assunto, pois variadas línguas se encontram destacando-se o inglês, o chinês, o espanhol, o japonês, o português, o alemão, o árabe, o francês, o russo, o coreano, que se somados são quase sete milhões de internautas se comunicando e se engajando socialmente e culturalmente na construção daquilo que se entende sentido.

Também vale frisar a crescente e ininterrupta expansão de mídias de várias naturezas: as colaborativas, como as wikis, as que visam mais o compartilhamento, como o Youtube, e as mais interacionais, como os blogs, Twitter e Facebook.

Essa gigantesca rede de comunicação e sua infraestrutura atende a necessidades de comunicação, abrindo espaço para a criação de formas inovadoras de colaboração, compartilhamento e interação. Porém o aprendizado das normas gramaticais de acordo com Bortoni-Ricardo:

O domínio da ortografia é lento e requer muito contato com a modalidade escrita da língua. Dominar bem as regras de ortografia é um trabalho para toda a trajetória escolar e, quem sabe, para toda a vida do indivíduo. (Bortoni-Ricardo, 2004)

Em análise pela linguística da Internet há o termo e-gramática que designa a gramática do meio eletrônico, assim as análises dos efeitos gerados por línguas e culturas partindo de seus contatos, perspectivas sociolinguística e pragmática. De maneira global, a internet exige um olhar comparativo e de observação contínua por ser uma linguagem nova, ainda precisa fazer análises *in loco* acerca dos usos que participantes de culturas específicas.

Tais gêneros textuais virtuais caracterizam-se pela forma e pelo conteúdo. Isso é visto por meio de um conjunto de aspectos e funcionalidades, como a hipertextualidade, a interatividade e a democratização do acesso, seja pela fácil aquisição de computadores, ou o uso desses em espaços públicos, assim qualquer um pode estabelecer comunicação pela internet.

Uma das áreas da Sociolinguística conhecida como variacionista, ou ainda Teoria da

Variação e Mudança, tem como o objeto de estudo a descrição da variação e da mudança linguística, influenciada pelo contexto social de produção, observada a linguagem dentro da comunidade de um modo quantitativo de análise baseada na espontaneidade da fala dos investigados.

Esta abordagem permite a apresentação da variação sistemática de pressões sociais e linguísticas, admitindo postulados apontando a heterogeneidade da língua como a maneira de se buscar a estrutura e o funcionamento do sistema. Essa abordagem inovadora acerca da língua permite a análise e descrição o uso de variáveis linguísticas pelos indivíduos em uma determinada comunidade de fala, além da presença da heterogenia normatizadas por regras que permitem o sistema linguístico funcionar em qualquer período, principalmente aqueles de mudança.

Parece claro que, apesar dos mitos trazidos aqui e observados pelas pesquisas, prevalece ainda certo descompasso entre o discurso acadêmico e o discurso do senso comum, sendo tal reforçado de diversas maneiras por olhares prescritivistas sobre as práticas discursivas, também no que tange à natureza da interação que se dá na influência do Preconceito Linguístico na Normalização da Língua.

### 2.3 A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA

A sociolinguística pode ser vista também como as ações da sociedade em que se vive sobre a língua que se fala. Sendo assim, há vários aspectos importantes nesse campo do saber, um deles é a mudança que envolve a coexistência de formas de expressão de um significado qualquer e sua disputa pelas formas corretas e recorrentes, em outras palavras isso ocorre, pois aquele que fala tem uma realidade que impacta diretamente na maneira que falam e na avaliação dela ou, ainda, na língua de outro. Como diz Bagno (2008),

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar (p. 124).

Essa mudança torna a língua estruturalmente inacabada, variável e mutável, sendo assim a sociolinguística tem um papel imprescindível na análise aonde a sociedade vai além das normas gramaticais, tendo a língua como um sistema e com todas as suas variabilidades.

Normalmente é complicado decidir onde a diferenciação sistemática de duas comunidades linguísticas representam dialetos ou línguas diferentes. De maneira simplista: quando dois dialetos se tornam mutuamente ininteligíveis, em outras palavras, aquele que fala

ser incapaz de conseguir compreender os falantes do outro, isso caracteriza de forma frequente línguas distintas.

Em várias partes do globo, observam-se diferenças linguísticas na fala de pessoas em áreas rurais, distintas de outras áreas, sejam urbanas ou não. Tais variações têm relação direta com a distância que separa as duas aldeias. Onde o termo dialeto é usado para descrever uma variedade da língua, e pode possuir uma carga preconceituosa. Dialeto, muitas vezes, sugere o entendimento de fala informal, a fala de grupos de classes sociais mais baixas ou oriundos de área rural, como é o caso do dialeto rural do Brasil por toda sua extensão territorial.

Esse tipo de situação é conhecido como um “*continuum* de dialetos geográficos”. Isso geralmente envolve fronteiras nacionais e/ou internacionais.

De acordo com Djiby Mané (2012):

Conceituar língua e dialeto não é uma tarefa fácil. Esses dois termos precisam ser enquadrados nos níveis histórico, geográfico, sócio-político e linguístico para melhor compreendê-los. Mas, visto que o mundo em que vivemos é repleto de preconceitos, somos levados a acreditar que a dicotomia “língua” e “dialeto” está mais ligada ao status social. Assim, a dicotomia “língua” e “dialeto” está ligada à dicotomia “riqueza” e “pobreza”.

Quando se trata do estudo de sociolinguística é importante a abordagem de algumas noções, tais quais variedade onde diferentes formas de manifestação da fala de acordo com condicionante, sejam eles de caráter social, cultural, regional e histórico de seus falantes.

Sobre a variação, é tratado como definição de formas concorrentes num mesmo contexto.

Entre variadas formas concorrentes, ou seja, formas variáveis, temos a mudança no paradigma pronominal do pronome pessoal de segunda pessoa – tu/você. Segundo Miranda (2013):

[...] Há variáveis de duas ordens, a variável linguística e a variável extralinguística. A primeira diz respeito à categoria gramatical, isto é, condicionadores de ordem linguística. Esse tipo de variável é nomeado como variável interna, pois está relacionada a propriedades linguísticas, como questões morfológicas, fonológicas e/ou sintáticas. Já a variável extralinguística aborda condicionadores sociais como sexo/gênero, escolaridade, faixa etária, entre outros.

Além disso, o conceito de variante, fala das formas individuais coexistentes das quais expressam uma mesma variável, ou ainda designa algum item linguístico que é alvo de mudança. Por fim variável é o traço, forma ou construção linguística.

Essas são algumas das variáveis utilizadas no estudo da sociolinguística, sendo utilizados como base para estudos de avaliações linguísticas, das ações escolares e da comunicação corporativa, além de seu planejamento. Também é importante frisar que,

embora a língua escrita deva seguir uma ortografia, isso é inerente com o saber do falar da língua, pois a ortografia não faz parte das regras de funcionamento das línguas.

As línguas progredem e caminham a um aperfeiçoamento, trazendo maior clareza e precisão, principalmente na fala, e como contrapartida há menos esforço dos falantes na memória e gasto em energia muscular. Os estudos da sociolinguística nas escolas é uma parte importante dos trabalhos acadêmicos da área, e pode ser visto segundo Martins e Vieira (2014) como: “[...] o emprego da escrita brasileira morfossintáticas incomuns na fala espontânea se deve a uma nítida influência escolar. [...] De um lado os dados analisados revelam que o atendimento à norma gramatical prezada no processo de escolarização [...]”

Estas análises seguem alguns padrões metodológicos da Teoria da Variação, ou ainda Sociolinguística Quantitativa, de William Labov. Onde a investigação observa variação e mudança linguística em atuação em comunidades, identificando certos padrões de comportamento linguístico ligados à mesma. Visando relacionar a variação a elementos da estrutura social da comunidade. Onde ao se analisar a estrutura linguística e suas variáveis, há uma bela harmonia entre si, porém a diferenciação se dá nos valores sociais que seus membros têm na sociedade.

Segundo Bagno (2008) acerca do ensino:

[...] não podemos forçar os alunos a aceitar a norma-padrão simplesmente por acharmos que ela é a melhor para o sucesso deles na sociedade. Por outro lado, no entanto, temos a obrigação de demonstrar-lhes as vantagens e desvantagens de se utilizar umas e não outras regras gramaticais.

Na mesma linha, de acordo com Mollica (2004):

[...] em qualquer área que atue, é imprescindível que o professor possua bases sólidas no que se diz respeito à linguagem, devendo então instrumentalizar-se atual e adequadamente com relação às questões afetas à produção e à percepção linguísticas, à aquisição da linguagem e à aprendizagem da leitura e da escrita. (Mollica, 2004, p.18)

Sendo assim, é importante considerar com certa cautela e serenidade o peso atribuído ao preconceito linguístico em nossa sociedade, onde cabe ao professor de língua apresentar aos alunos os valores sociais atribuídos a cada variedade linguística, evitando-se, assim, que sejam penalizados inconscientemente.

Ainda no que tange a sociolinguística, pode-se observar como um ramo da Linguística que trata dos fenômenos linguísticos presentes nas comunidades falantes e que merecem o interesse da academia para melhor compreensão da estrutura da língua e das culturas intrínsecas ao processo de expressão.

Nas relações comunicativas, no uso real da língua, estabelecem-se diferenças diatópicas, diastráticas e diafásicas, que modificam o processo de estruturação e

produção linguística. Essas diferenças são chamadas variações linguísticas e são o objeto de estudo da Sociolinguística. (Rossetto; Freitas, 2012, p. 269)

Mas há que se considerar os aspectos sociais na formação da língua como realçam Rossetto e Freitas (2012, p. 270):

O falante inserido numa comunidade de fala interage com os membros dessa comunidade, trocando experiências e construindo novos significados. O modo como ele fala permite que sejam organizados agrupamentos com outros falantes que possuam traços comuns entre si. Dependendo do número de traços compartilhados e da intensidade da convivência entre eles, podem surgir subcomunidades linguísticas que servem de exemplo da relação entre sociedade e linguagem, uma vez que reconhece o estabelecimento da organização da sociedade em classes.

Há uma *paranóia* ortográfica na qual os professores buscam somente erros na produção do estudante – esta é uma manifestação pura do preconceito linguístico. A gramática tradicional subsiste há mais de 2.300 anos e perpetua-se porque o novo abala as estruturas, assusta, subverte e “compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes”. (Bagno, 2011).

Nas influências corporativistas e empresariais que também tangenciam o nordeste, é possível notar que a linguística é preciso ser pensada de forma adequada, sendo, portanto, necessário pensá-la de forma estratégica e permanente. Pode-se dividir a comunicação em algumas subáreas importantes para uma corporação, que são a administrativa, relacionada às redes e fluxos da organização, a institucional, que engloba basicamente suas relações públicas, a mercadológica, mais relacionada ao marketing comercial, e a interna, que é mais voltada ao ambiente interno. Segundo Kunsch (2003, p.159):

A importância da comunicação interna reside, sobretudo nas possibilidades que ela oferece de estímulo ao diálogo e a troca de informações entre a gestão executiva e a base operacional, na busca da qualidade total dos produtos e do cumprimento da missão de qualquer organização.

Pode-se notar como a comunicação interna é importante para gerar no indivíduo uma identificação e uma aproximação entre todos os níveis linguísticos dentro do espaço empresarial e corporativo. Durante certo tempo, a comunicação interna não foi valorizada e sua importância para a sobrevivência das organizações. No entanto, nesta era da informação atual, onde o mercado é exigente e turbulento, é crítico que a troca de informações ocorra de forma eficaz e eficiente, pois é importante para a tomada de decisões.

Antigamente, a forma tradicional de planejar a comunicação era realizar tal tarefa pensando no longo prazo, por profissionais externos que não possuíam a vivência diária dentro da corporação. Tal forma de planejamento já não é mais válida, pois é preciso que os fatores críticos sejam reconhecidos para que a melhor estratégia seja escolhida.

Alguns fatores podem ser listados como aqueles que determinam a qualidade da comunicação. Segundo Alberto Ruggiero (2002), são eles:

- Prioridade à comunicação: qualidade e timing da comunicação assegurando sintonia da energia e recursos de todos com os objetivos maiores da empresa;
- Abertura da alta direção: disposição da cúpula de abrir informações essenciais garantindo insumos básicos a todos os colaboradores; Processo de busca: proatividade de cada colaborador em buscar as informações que precisa para realizar bem o seu trabalho;
- Autenticidade: verdade acima de tudo, ausência de "jogos de faz de conta" e autenticidade no relacionamento entre os colaboradores assegurando eficácia da comunicação e do trabalho em times;
- Foco em aprendizagem: garantia de efetiva aprendizagem do que é comunicado, otimizando o processo de comunicação;
- Individualização: consideração às diferenças individuais (evitando estereótipos e generalizações) assegurando melhor sintonia e qualidade de relacionamento na empresa;
- Competências de base: desenvolvimento de competências básicas em comunicação (ouvir, expressão oral e escrita, habilidades interpessoais) assegurando qualidade das relações internas;
- Velocidade: rapidez na comunicação dentro da empresa potencializando sua qualidade e nível de contribuição aos objetivos maiores;
- Adequação tecnológica: equilíbrio entre tecnologia e alto contato humano assegurando evolução da qualidade da comunicação e potencializando a força do grupo.

Ou seja, são fatores relacionados a aspectos pessoais, interpessoais institucionais tecnológicos, e, obviamente, muito influenciados pelo tempo, que podem levar à criação de barreiras na comunicação ou, no caso positivo, impulsionar sua qualidade e resultar em uma força para a corporação.

O significado, nessa acepção na perspectiva empresarial, é dado no interior da própria estrutura da língua, sendo esta condicionada por um sistema de diferenças, e ainda de contraposições, uma vez que refletir sobre o sentido de uma expressão linguística é analisar seu valor em relação a um conjunto de outras expressões do sistema, seja ele empresarial ou não. Sendo assim, tais valores de um termo se criam na relação de oposição com outros termos diferentes.

De acordo com Marques (2003), o significado não recebe a mesma importância de estudo que os outros planos da língua, tais como a morfologia e a sintaxe, e por isso mesmo constitui um fator periférico. Nos termos da autora:

A semântica só deve ser levada em conta na linguística como auxiliar heurístico, para melhor conhecimento dos subsistemas centrais: pode-se usar o significado intuitivamente, para determinar se duas formas, constituídas, no todo ou em parte, por elementos fônicos ou segmentos mórficos diferentes, têm o mesmo significado ou têm significados diferentes, para os falantes da língua (Marques, 2003, p. 48).

Quando há, a semântica, advinda de um modelo estruturalista fica está mantida sob o nível do léxico. Ainda segundo Marques (2003, p. 48), “os estudos semânticos específicos limitam-se ao plano vocabular, ao exame de possibilidades de procedimentos rigorosos para a análise do léxico”. Um exemplo típico dessa questão advém do estudo das relações de sinonímia entre duas ou mais formas linguísticas. Nesse sentido acabam por ficar à margem da abordagem saussuriana onde os fatores de natureza extralinguística, bem como aspectos sociais e culturais.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral desta pesquisa é trazer uma reflexão sobre estratégias pedagógicas que articulem o ensino da gramática normativa com a valorização da variação linguística no contexto escolar.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Os objetivos específicos são os seguintes: investigar as concepções da língua presentes nas práticas docentes de língua portuguesa no ensino fundamental; identificar metodologias que integrem o ensino da variante oficial com o reconhecimento das variedades linguísticas.

### **4 MATERIAL E MÉTODOS**

Devido à natureza da proposta que ora se apresenta, utilizou-se para a promoção deste estudo o recurso metodológico da revisão bibliográfica para a produção de um trabalho descritivo fundamentado em artigos científicos, obras completas e demais produções científico-acadêmicas e de divulgação científica que se mostrem úteis e pertinentes à pesquisa em tela.

A escolha das obras analisadas considerou a relevância e a representatividade dos autores no campo da linguística e do ensino de língua portuguesa. Assim, foram selecionados teóricos que abordam a relação entre norma e uso — como Antunes, Bagno, Bortoni-Ricardo,

Possenti e Bechara —, a fim de identificar convergências e divergências entre o ensino tradicional e o ensino contextualizado da gramática. A análise seguiu uma perspectiva qualitativa, interpretativa e descritiva.

Nesta perspectiva, optou-se pela pesquisa bibliográfica, e, para concretizá-la, realizou-se uma avaliação textual comentada das posições de teóricos competentes acerca dos assuntos em questão, além de fundamentar a construção sobre o instrumento legal.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 REFLEXOS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CULTURAL NA MÍDIA E NA LITERATURA

As relações entre literatura, o cinema e o regionalismo são as mais variadas e muitas vezes complexas, sendo estas de forte caráter de intertextualidade. A relação, dialógica e dinâmica, que há em livros e filmes muitas vezes acabam por favorecer ou ainda estabelecer alguma hierarquia entre as formas de expressão.

Por isso, é de suma importância para o entendimento do contexto das referências estudadas, é importante observar a ideia de Vanoye e Goliot-Lété, 1994, que demonstra que filmes são produtos culturais inscritos num determinado contexto sócio-histórico. Mesmo ainda que o cinema venha a usufruir de relativa autonomia artística, com relação a produtos culturais, tais como a TV ou a mídia de forma generalista, os longa-metragens não poderiam ser isolados dos demais setores, de geração de valor da sociedade que os produz (Sarmiento, 2008).

A globalização da atual sociedade contemporânea sempre vem acompanhada do desenvolvimento e da formação dos mais variados sistemas econômicos de suas respectivas regiões, onde as economias regionais vem por se articular por meio de corporações maiores, gerando assim novas possibilidades para a organização e ainda o desenvolvimento de atividades com capacidade de gerar valor:

Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. O globalismo tanto incomoda o nacionalismo quanto estimula o regionalismo. Tantas e tais são as tensões entre o globalismo e o nacionalismo que o regionalismo aparece como a mais natural das soluções para os impasses e as aflições do nacionalismo. (Ianni, 1999, p. 101).

Lisbela e o prisioneiro é uma obra cinematográfica de 2003, coincidentemente com a época em que houve uma reviravolta da Globo Filmes quando esta adotou a estratégia transmidiática como carro chefe para sua produção, que consiste em preparar, experimentar uma série televisiva, para depois lançá-la no cinema.

A estratégia demonstrou bastante eficiência e com isso a empresa Globo alavancou rumo à conquista de um lugar ao sol em meio ao mercado brasileiro. Sendo a função da arte é de agir neste caso como um elemento relevante e indispensável à condição humana, dentro da vida social, é razoável analisar as manifestações artísticas como:

formas de atuação sobre o mundo e de equilíbrio coletivo e individual. São, portanto, socialmente necessárias, traduzindo impulsos e necessidades de expressão, de comunicação e de integração que não é possível reduzir a impulsos marginais de natureza biológica (Candido, 1976, p. 70).

Lisbela e o prisioneiro é uma obra de caráter híbrido por conhecer versões em forma de obra literária, série televisiva e cinema. Mas a hibridez dá-se também ao nível da trilha sonora, onde vários estilos musicais convivem na mesma perfeita sinfonia.

No entanto, é possível observar uma ligação existente quando observada a narrativa no qual se insere nos personagens. Lisbela, na narrativa apresenta o filme que está por vir, demonstrando ser uma “comédia romântica aventuresca” e propõe uma fórmula para tal formato cinematográfico:

Tem um mocinho namorador, que nunca se apaixonou por ninguém até conhecer a mocinha. Tem uma mocinha que vai sofrer bem muito porque o amor do mocinho é cheio de problemas. Tem um bandido que só quer saber de matar o mocinho ou de só ficar com a mocinha ou as duas coisas. Tem uma mulher que também quer o mocinho, mas ele não quer nada com ela. E tem também mais uma ruma de personagens, que vão ficar fazendo graça pra animar a história. Uns vão terminar quase tão bem quanto o mocinho e a mocinha e outros quase tão mal quanto o bandido, conforme eles ajudem ou atrapalhem o romance.

A recriação daquilo que se entende por real é dado através do procedimento utilizado na arte, do qual acrescenta elementos provenientes da realidade com nuances de fantasia, proporcionando uma forma artística de observar o mundo e buscar muda-lo e assim fazê-lo mais expressivo (CANDIDO, 1976, p.13).

Pois a verdade, dada nas obras literárias, na arte e na ficção suas referências, geram significados diversos, apresentando, com certa frequência detalhes originais, sinceros e autênticos, ou ainda verossimilhança, do qual, na expressão de Aristóteles, não vem a ser adequação àquilo que ocorreu, mas àquilo que poderia ter acontecido.

Segundo Kobs (2009), a obra literária de Osman Lins, Lisbela e o Prisioneiro chegou à versão cinematográfica sob a direção de Guel Arraes com a meta da desmistificação, onde “a ideia é assumir a hibridização como etapa necessária ao desenvolvimento cultural”. As

mudanças que o filme faz, ao adaptar o texto literário, são tantas e tão intensas que acabam por revitalizar a peça de Osman Lins”.

Guel Arraes empresta do texto-base o regionalismo e dá espaço à reflexão sobre os modos de reagir à globalização e sobre a dissolução das fronteiras. No caso de *Desmundo*, as transformações do filme, em relação ao texto-base, também são nítidas, mas as reflexões suscitadas são outras. O período da colonização do Brasil é retratado sem a moldura do mito da convivência harmônica entre colonizadores e colonizados. (Kobs, 2009, p. 23)

A urbanidade e a ruralidade têm tido representações significativas nas obras literárias de diferentes épocas: “no regionalismo de Alencar, na prosa Pré-modernista de Euclides da Cunha e no Regionalismo de 30 (levando em conta inúmeros textos literários e os filmes a que eles deram origem), sem esquecer as muitas produções do Cinema Novo”, segundo Kobs (2009).

Arraes, então, através da paródia, em perfeita sintonia com a comédia, ilustra o hibridismo inerente a toda e qualquer sociedade e traz de volta à tela um dos melhores capítulos da História do cinema nacional, que não primava apenas pelos acontecimentos saborosos, mas pela tentativa de se especializar na arte relativamente nova e importada do cinema. A isso também se deve muito da leveza da adaptação, que mistura a ingenuidade de uma sociedade interiorana à ingenuidade daqueles que são seduzidos pelo que é estrangeiro e, por isso, buscam alcançar esse modelo, seja como o personagem de Lisbela, em sua relação com as divas do cinema, ou, de modo mais amplo, como aqueles que fazem empréstimos em nome da perfeição técnica, através da qual se destacam as produções de Hollywood (Kobs, 2009, p. 319).

*Lisbela e o prisioneiro* é um exemplo contemporâneo da dificuldade de se estabelecer uma tendência isolada para definir o cinema brasileiro. “O único caminho viável é afirmar uma certa predominância. Hoje, o destaque maior é dado à urbanidade. As produções mais regionalistas ficam em segundo plano, como modo de reação e resistência aos modismos instituídos pela globalização” (Kobs, 2009, p. 283).

O Brasil da época tinha laços de dependência com a cultura norte-americana, o que gera atitudes colonizadas dos produtores, do público e da crítica. Desta forma, as chanchadas passam a basear-se na paródia do cinema dos Estados Unidos para atrair o público. Apesar das produções serem feitas a partir da caricatura e trejeitos norte-americanos, eram adicionados temas do cotidiano nacional, como as anedotas tipicamente cariocas e o jeito malandro de falar e se comportar do brasileiro. [...]. Entretanto, a Atlântida sofreu uma grande reviravolta quando surgiram em São Paulo os estúdios da Vera Cruz, cujo objetivo era a implantação de uma indústria cinematográfica no país através da produção das chanchadas populares com qualidade técnica de nível internacional (Kobs, 2009, p. 319).

Segundo Lalucci (2009), *Lisbela e o prisioneiro* é uma obra cinematográfica onde se interagem uma ampla gama de aspetos sígnicos que fazem o conjunto da obra, que prende o espectador e o diverte.

Quando se trata do sistema de signos que compõe a mídia cinema, (FLORY, 2005) em seu estudo sobre o filme *Lisbela e o prisioneiro*, afirma que: “Cada filmagem cria um produto próprio com características próprias, como um conjunto de notas que dão forma à sinfonia, o trabalho da câmera, os planos tanto gerais quanto de profundidade, a montagem dos eventos e a edição do filme é que constituem o produto final como resultado de um trabalho de equipe que integra as diversas visões deste grupo numa só partitura”. (Lalucci, 2009, p. 67)

Taamy (2004) destaca a importância da liberdade ao adaptar as obras para uma nova linguagem ou também para uma nova época, o que ocorreu com *Lisbela e o prisioneiro* que escrita no início da década de 60 perdeu o contexto da comicidade da época e teve que ser adaptada para retirar dela o anacronismo. Tal trabalho foi muito bem executado por Guel Arraes que conseguiu imprimir na dinâmica do filme toques de contemporaneidade com muita propriedade indo ao encontro do que dizem Howard; Mabley (*apud* Taamy, 2004) que alertam que “às vezes a mais fiel das adaptações faz o pior dos filmes, porque o material não se presta a uma história filmada e, na forma como está escrito, não funciona na tela, por mais forte que seja a história no original. Em geral, e na tela certamente, o drama exige compreensão e intensificação”.

A noção de adaptação está no centro das discussões teóricas desde as origens do cinema, pois está ligada às noções de especificidade e de fidelidade, sendo esta prática tão antiga quanto os primeiros filmes. *L'arroseur arrosé* (Lumière 1896), conhecido cartum dos periódicos da época transformado em ação filmada, preconiza uma série de adaptações cinematográficas de peças de teatro e romances célebres.

Uma adaptação visa avaliar ou descrever e analisar os processos de transposição de um romance para o roteiro e depois para o filme, podendo focar personagens, lugares, estruturas temporais, a época onde acontece a ação a sequência de acontecimentos contados etc. Esta descrição que é muitas vezes avaliadora busca normalmente avaliar o grau de fidelidade da adaptação, identificando o número de elementos da obra inicial conservados no filme. (TAAMY, 2004, p. 53)

A obra foi publicada em 1963 como peça teatral de origem rural com marcos de urbanismo, pois sua perspectiva popular permite recriações pertinentes a qualquer época e lugar gerando “situações divertidas por meio da linguagem”, segundo Taamy (2004).

Sendo que sob aspectos que acabam por destacar certa fidelidade por características tipicamente nacionais, mais especificamente nordestinas, pode ser observado no momento em que ele se declara para Lisbela:

A senhora é doce como uma chuva de caju, que cai de repente num calor mais doido de novembro. Linda como um vento num pasto bem grande. Dona Lisbela, a senhora pra mim é a bandeira brasileira, uma bandeira bem grande, e Leléu Antônio da Anunciação é o mastro pra senhora.

Sendo que a força e a potência de vida dos personagens que o filme apresenta, em todas as artes da literatura e além daquelas que se expressam, narram ou ainda representam, certo estado da arte ou uma estória, do personagem, do qual cria, constrói a ficção (CANDIDO, 1976, p. 31). Na medida em que estudamos a essência e os desdobramentos de uma personagem como Lisbela na sua perspectiva linguística que, de forma poética e simbólica, vem a gerar e estabelecer ligações entre o cinema e a sua vida, mediante seus diálogos, além de suas observações e divergências do cotidiano, torna-se mais compreensível certa riqueza e a originalidade da linguagem utilizada no cinema cinematográfica, que:

Advém essencialmente de sua onipotência figurativa e evocadora, de sua capacidade única e infinita de mostrar o invisível tão bem quanto o visível, de visualizar o pensamento juntamente com o vivido, de lograr a compenetração do sonho e do real, do impulso imaginativo e da prova documental, de ressuscitar o passado e atualizar o futuro, de conferir a uma imagem fugaz pregnância persuasiva do que o espetáculo do cotidiano é capaz de oferecer. (Martin, 2003, p. 19).

Com a escolha e a representação desse espaço diegético, é possível observar uma divergência de um paradigma quanto ao arquétipo estereotipado de um Nordeste que convive com a seca, buscando apresentar, assim, uma face menos sofrível dessa região brasileira. Tal destaque é dado por um colorido bastante presente, esse tal meio ambiente, também dito no presente trabalho é realçado também de forma mais vivida por meio do verde da Zona da Mata pernambucana, onde a história é narrada. Martin (2003) relata que a pele e suas tonalidades geram um eminente valor no psicológico e na dramaticidade. Criando assim, a sua utilização, num alto grau de compreensão podendo ser uma arte para além de cópias do real externo e tendo a capacidade de preencher igualmente funções expressivas e metafóricas.

Já Silva e Moura (2000) em sua resenha faz uma análise sobre a mídia e suas produções citando preconceitos linguísticos, tais como:

A denúncia do papel da mídia na formação e na divulgação de preconceitos linguísticos, mediante análise de cenas da novela *Escrava Isaura* (Rede Globo, 1976), baseada no romance de Bernardo Guimarães, e do filme americano *No coração de Clara* – ambos tratando de questões raciais, é a tônica do texto de Fábio Lopes da Silva: *Dois casos de preconceito linguístico na mídia*. Em ambos os casos, o pretenso anti-racismo retratado pelo o quê se esvazia no como é linguisticamente expresso. Na novela, o autor centra a atenção na forma como os personagens da Casa Grande se expressam, isto é, no tipo de construções gramaticais eleitas para representar a fala dos brancos (incluindo entre esses a escrava ‘mocinha’ Isaura) – emoldurada por “todos os ss e rr da norma gramatical”, e a fala dos demais escravos – estilo “Tio Barnabé” (p.55); e destaca, como efeito induzido, a reprodução do mito de uma língua perfeita e intocada, tomado como realidade histórica, o que, segundo uma avaliação perspicaz do autor, leva as novelas de época a provocarem um prejuízo cultural.

Barbosa e Mousinho (2009) demonstram que há intertextualidade no fato de o filme

passar-se dentro de outro filme. O recurso estilístico utilizado é a paródia que trata-se de um jogo intertextual. A paródia é um recurso subversivo que se apropria de discursos muito conhecidos e os adapta “às necessidades dos oprimidos e impotentes, precisamente porque assume a força do discurso dominante só para aplicar essa força, através de uma espécie de jiu-jítsu artístico, contra a dominação”, segundo Stam (*apud* Barbosa; Mousinho, 2009, p. 3).

Temos, então, que tentar demonstrar que o real se apresenta para nós de uma forma semiótica, implicando, assim, que nosso discurso não vem a se relacionar de maneira direta com as coisas, mas pela via de outros discursos, que semiotizam o mundo. Tal relação entre os discursos é o dialogismo pode ser observado em *Lisbela e o Prisioneiro*. Se não temos relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão certa forma e sentido, o dialogismo vem a ser um modo de funcionamento real da linguagem, uma vez que, poder ser visto de acordo com Bakhtin (1998):

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado, sempre, por assim dizer, desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falara sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.

Bakhtin (1992) também demonstra que "Como não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras", indicando simbolicamente a presença de jogos de poder entre as vozes que circulam socialmente. Esses jogos de poder podem ser observados no nordeste ou em qualquer outro lugar onde a linguagem é utilizada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gramáticos da Língua Portuguesa procuram manter uma determinada padronização com relação às normas cultas da língua, no entanto, nem sempre isso é possível devido às características próprias da nossa língua que tem quanto às normas um caráter estático e quanto à fala um caráter dinâmico. Há situações em que esta regra é quebrada e há necessidade de estabelecer algum caráter dinâmico também à norma.

Observa-se um período de transição entre o paradigma tradicional, que classifica o grau como flexional, e as abordagens mais contemporâneas, que o compreendem como derivacional. Basta dizer que a polêmica ainda se processa sem grandes perspectivas de

mudanças num horizonte próximo. A Gramática contextualizada possibilita a apreensão de conhecimentos devido à proximidade com a realidade dos alunos.

Os professores de redação há muito procuram maneiras eficazes de resolver os erros gramaticais cometidos por seus alunos de transição para a faculdade. Tradicionalmente, a instrução gramatical envolvia a memorização de regras e terminologia gramatical, incluindo exercícios rotativos e rotulagem de partes das frases nos exercícios da pasta de trabalho.

Em vez de ensinar gramática apenas com planilhas preenchidas com exercícios de broca e prática, a instrução gramatical contextualizada usa textos autênticos e mais longos para ensinar regras gramaticais e estrutura de sentenças. A lógica para o ensino da gramática no contexto é que, como os alunos têm dificuldade em transferir o que aprendem nos exercícios para a escrita, a gramática deve ser ensinada através da própria escrita. Vários métodos de contextualização de conceitos gramaticais podem ser usados para melhorar as habilidades de escrita dos estudantes.

Assim, é possível conciliar o ensino da gramática normativa com a valorização da variação linguística por meio de práticas contextualizadas que reconheçam o uso real da língua, mas sem negligenciar a variante oficial. O professor atua como mediador, mostrando aos estudantes que cada variedade linguística tem seu valor e que a norma-padrão é apenas uma entre várias possibilidades de expressão, adequada a determinados contextos formais. Assim, o ensino da língua portuguesa torna-se mais democrático, inclusivo e coerente com a realidade linguística brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola, 2014.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da Gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007. (Estratégias de Ensino; 5)

ARAGÃO, V.P.S. Investigações acerca do sufixo –ete. Curitiba 2011 **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. pp. 4326-4336.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: O que é, como se faz. 54. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: O que é, como se faz. 54. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 319.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 86.

BARBOSA, Afonso Manoel da Silva; MOUSINHO, Luiz Antonio. Paródia e estilização no filme *Lisbela e o prisioneiro*, de Guel Arraes. **Intercom**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. p. 1-12.

BEZERRA, Francinalva Andrade. Os diferentes conceitos de gramática nos estudos linguísticos. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Ano 09 - n.17 – 2º Semestre de 2013. Disponível em: [http://www.letramagna.com/17\\_5.pdf](http://www.letramagna.com/17_5.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRANDÃO, L.V.M. **Uma análise sociodiscursiva do sufixo-inho em materiais didáticos: uma contribuição para a constituição de sentidos no ensino de português para estrangeiros**. Mestrado em Linguística. Brasília – DF: UnB, 2010. p. 124.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDIDO, A. Crítica e Sociologia. *In: Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo, Nacional, 1976.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

HAUGEN, E. **The Ecology of Language**. Essays by Einar Haugen. Introduced and selected by A.S. Dil. Language Science and National Development Series. Stanford, CA: Stanford University Press, 1972.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOBS, Verônica Daniel. **Brasil: nas melhores lojas do ramo, em livro e DVD**. 2009. 588 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LALUCCI, Eliana Maria Simoncelli. **Da Estação Carandiru a Carandiru (do livro ao filme) – Liberdade interdita a insustentável dureza do ser**. Dissertação (Mestrado) Marília: UNIMAR, 2009. 97f.

MANÉ, Djiby. **As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico**, Revista de Linguística e Teoria Literária, 2012.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à semântica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. **Ensino de português e sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1986, p.11-16.

MIRANDA, Lília Soares. A influência de variáveis linguísticas e sociais na ausência de concordância nominal no português falado no Brasil. **Anais do SILEL**. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013\\_957.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_957.pdf). Acesso em: 13 abr. 2025.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs) **Introdução à Sociolinguística: O tratamento da variação**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, Mercado de Letras, 1996, p. 95.

ROSSETTO, Simone Maria; FREITAS, Ernani Cesar de. Resenhas. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 34, n. 2, p. 269-272, jul./dez. 2012 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 23 Mar. 2025.

RUGGIERO, Alberto Pirró. **Qualidade da Comunicação interna**. 8 out. 2002. Disponível em: <http://www.rh.com.br>. Acesso em: 28 Mar. 2025.

SANTANA, Aleandra Rocha. O ensino de gramática numa escola pública estadual em Vitória da Conquista – Bahia: um estudo de caso com professores de língua portuguesa. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume\\_2\\_artigo\\_007.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_007.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Daiane Almeida dos; SANTANA, Flávio Passos. **Variação Linguística no contexto escolar: desafios do professor no ensino de gramática**. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica. Recife, v.3, n.1, p. 209-223, 2017. CAP UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/231537>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SARMENTO, Rosemari. **À esquerda do pai: A narrativa de Lavoura Arcaica na literatura e no cinema**. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras e Cultura, Regional da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/314/Dissertacao%20Rosemari%20Sarmiento.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. de (Orgs.) **O Direito à Fala: a Questão do Preconceito Linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000, p.128.

SOUSA, A.M. **Retomando a Discussão: Grau – Flexão X Grau – Derivação**. Rio Branco-AC: UFAC, 2004.

TAAMY, Cláudia Rodrigues Dias. Literatura e Cinema: recriação e diálogo Lisbela e o Prisioneiro. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras São Paulo: MACKENZIE**, v. 3, n. p. 1, . 51-59, 2004.

TEIXEIRA, T.W. **A forma e o uso dos sufixos –inho e –zinho em variedades do português do Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRS, 2008. p. 95.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

YURI, S. **Grau de Adjetivo: Flexão ou Derivação?** Brasília-DF: UnB/Instituto de Letras, 2011. p. 21 .